

NU PAGAMENTOS S.A.

**Demonstrações
financeiras
individuais**

30 de junho

20

20

Diretoria

NU PAGAMENTOS S.A.

DIRETOR PRESIDENTE

David Vélez Osorno

DIRETORES

Adam Edward Wible

Alessandro da Costa Prado*

Bruno Magrani de Souza

Cristina Helena Zingaretti Junqueira

Guilherme Marques do Lago

Henrique Camossa Saldanha Fragelli

Marcelo Kopel

Renee Grace Mauldin Atwood

Vitor Guarino Olivier

CONTADOR

Marlon Soares Fernandes

CRC - 1SP-295873/O-5

*Diretor responsável pela contabilidade

Relatório da administração

A Nu Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Nubank”) apresenta as Demonstrações Financeiras Individuais da Nu Pagamentos relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

PERFIL CORPORATIVO

O Nubank foi constituído em maio de 2013 e iniciou suas operações para o público em geral em setembro de 2014 com o oferecimento de um cartão de crédito internacional da bandeira Mastercard, controlado por um aplicativo para *smartphone*. Como a primeira empresa de cartão de crédito sem canais físicos no Brasil, o Nubank reduziu a complexidade e os custos da sua operação para devolver aos clientes o controle de suas finanças.

O Nubank é composto pela Companhia e suas controladas, entre elas a Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Nu Financeira”).

Atualmente, além do cartão de crédito, que também possui a função débito, o Nubank oferece outros produtos aos seus 26 milhões de clientes:

- **Rewards:** Um programa de fidelidade atrelado ao cartão de crédito que funciona de forma intuitiva e digital, com conversão e resgate de pontos em tempo real. Em setembro de 2019, foi lançada a parceria com a Smiles para transferência de pontos - cada 4 pontos Rewards equivalem 1 milha.
- **Conta do Nubank:** Uma conta 100% digital, sem cobrança de tarifas de manutenção, com remuneração de 100% do CDI, transferências através de TED e peer-to-peer, pagamentos de contas e boletos, saque através da Rede 24 Horas, além de facilidades exclusivas como: depósitos através de boleto, função “cobrar dinheiro” e função “guardar dinheiro”. Desde dezembro de 2018, são oferecidos também cartões com a função débito. Em outubro de 2019, foi lançada a Conta PJ, a qual oferece algumas funções similares às oferecidas hoje pela Conta do Nubank, com foco em empreendedores, autônomos e donos de pequenos negócios. Em 30 de junho de 2020, a Conta do Nubank possuía cerca de 23 milhões clientes, dos quais 251 mil se referem a pessoas jurídicas, um aumento de 39,6% em relação a 31 de dezembro de 2019 e 216,9% em relação a 30 de junho de 2019.

A partir de novembro de 2019, o Nubank também passou a disponibilizar para os clientes a função Recarga de Celular pré-pago ou plano controle, através do aplicativo, usando tanto o saldo disponível na Conta do Nubank quanto o limite no Cartão de Crédito.

DESTAQUES FINANCEIROS

a. Receitas e despesas de intermediação financeira

A Companhia encerrou o primeiro semestre de 2020 com o total de R\$1.870.292 e R\$607.468 de receitas e despesas, respectivamente, de intermediação financeira, um crescimento de 83,3% nas receitas e de 92,2% nas despesas, em relação ao mesmo período de 2019, devido ao aumento na base de clientes, que passou de aproximadamente 11 milhões em 30 de junho de 2019 para cerca de 26 milhões em 30 de junho 2020.

As receitas de operações de crédito, compostas principalmente pela receita com juros de cartão de crédito, somaram R\$706.633 no primeiro semestre de 2020, um crescimento de 70,4% em relação ao mesmo período de 2019.

A receita de tarifas e similares, composta principalmente pela receita de intercâmbio geradas através da utilização dos cartões, somou R\$901.531 no primeiro semestre de 2020, um aumento de 108,4% em relação ao mesmo período de 2019.

A receita de anuidade do programa de Rewards, componente da receita de tarifas e similares, somou R\$74.351 no primeiro semestre de 2020, um aumento de 86,4% quando comparado ao mesmo período de 2019.

O aumento nas despesas de intermediação financeiras deve-se principalmente às despesas de tarifas e similares, que sofreram acréscimo de 146,5%, passando de R\$155.406 em 2019 para R\$383.119 em 2020.

Outro destaque das receitas e despesas de tarifas é o resultado de Recarga de Celular, produto ofertado desde o segundo semestre de 2019 e cuja receita e despesa passaram, respectivamente, de R\$10.985 e R\$9.513 no segundo semestre de 2019 para R\$147.119 e R\$127.425 no primeiro semestre de 2020.

b. Carteira de cartão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de recebíveis das transações de cartão de crédito encerrou o primeiro semestre de 2020 com o saldo de R\$12.159.671, um crescimento de 0,2% em relação ao exercício de 2019, quando registrou-se o valor de R\$12.132.215.

Adicionalmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito encerrou o primeiro semestre de 2020 com o saldo de R\$994.567, representando um aumento de 10,2% se comparado ao montante da provisão constituída em 31 de dezembro de 2019, e um aumento de 0,8% em relação a carteira, passando de 7,4% em 31 de dezembro de 2019 para 8,2% em 30 de junho de 2020. A despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito neste semestre foi de R\$346.242, um aumento de 4,1% se comparado a 30 de junho de 2019.

c. Depósitos

A linha de depósitos, que corresponde aos depósitos dos clientes na Conta do Nubank, encerrou o primeiro semestre de 2020 com o saldo de R\$4.102.692, representando uma queda de 23,1% se comparado ao exercício de 2019. Esta queda ocorreu devida a migração para o instrumento de RDB da empresa controlada Nu Financeira, que aumentou R\$7,8 bilhões no primeiro semestre de 2020.

d. Aumento de capital e patrimônio líquido

Durante o primeiro semestre de 2020 não ocorreram novos aportes de capital na Companhia. Desta forma, encerrou-se o primeiro semestre de 2020 com um patrimônio líquido de R\$977.278, uma queda de 2,5% se comparado ao exercício de 2019.

Em relação a destinação do lucro líquido, quando houver, o estatuto social da Companhia estabelece que deverá ser destinado pela assembléia geral após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social, e pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas.

e. Investimentos

Durante 2020, foram realizados aportes de capital em empresas controladas com o objetivo de suportar e consolidar o aumento das operações do Grupo.

Em março de 2020, realizou-se aporte de capital de R\$200.000 na controlada Nu Financeira.

Em abril de 2020, realizou-se aporte de capital de R\$6.000 na constituição de novo fundo exclusivo - Nu Fundo de Investimento em Ações.

PESSOAS

O Nubank encerrou junho de 2020 com um quadro de 2.720 funcionários, um crescimento de 10,5% em relação ao final do exercício de 2019. Conforme atestado em um dos valores da Companhia desde seu surgimento em 2013 - “Construir times fortes e diversos”, o Nubank concentra grandes esforços em recrutar e reter os melhores talentos com o maior grau de diversidade possível.

O Nubank possui colaboradores de diferentes idades, profissões, nacionalidades, etnias, LGBTQIA+, além de possuir alta participação de mulheres em todas as funções e níveis de senioridade. O Nubank acredita que, para o sucesso de seus produtos, a diversidade é essencial para se ter visões diferentes e complementares e está diretamente relacionada com a característica única de suas equipes e funcionários.

Para garantir a manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, o Nubank conta com equipes de recursos humanos, *ombudsman*, *compliance* e auditoria interna que estão sempre à disposição para atender as demandas dos funcionários. Além disto, o Nubank tem a política interna de incentivar e promover o encontro de grupos que visam discutir a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho.

PANDEMIA COVID-19: AÇÕES

O Nubank realizou uma série de iniciativas visando garantir a saúde de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes em resposta à expansão do COVID-19.

A Companhia foi uma das primeiras empresas brasileiras a rapidamente transacionar para o modelo de trabalho remoto de todos os funcionários, que eram 2.500 funcionários à época, incluindo o envio de computadores, monitores, teclados e até mesmo cadeiras ergonômicas, garantindo a saúde de seus funcionários e que as operações se mantivessem com o mesmo nível de qualidade. Em decorrência do sucesso deste modelo, foi possível continuar contratando, globalmente, novos funcionários.

Para os clientes, foi desenhado um plano que pudesse auxiliá-los em outras esferas que vão além da gestão de suas finanças. Houve direcionamento da verba de marketing e outros ganhos de eficiência, cerca de 20 milhões de reais, à campanha “Pessoas Primeiro” para atender a pedidos específicos de clientes com apoio para compras em supermercado, consumo em restaurantes, medicina e assistência psicológica. Além disto, as condições de refinanciamento para pagamento da fatura de cartão de crédito e de clientes que contraíram crédito pessoal foram flexibilizadas, com políticas de taxa de juros menores e com prorrogação de vencimentos.

O Nubank também foi responsável por auxiliar cerca de 533 mil clientes a receberem diretamente o auxílio emergencial de 600 reais do governo federal, totalizando mais de 407 milhões de reais em repasses.

A Companhia criou ainda uma nova função no aplicativo para que clientes possam contribuir com a luta contra a COVID-19 através de doações para destinação a diversas instituições que estão atuando ativamente no combate à pandemia.

Desde o início da crise oriunda do COVID-19, a Companhia prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Dentro dos comitês, mudanças no perfil de risco e comportamento dos clientes são capturadas tempestivamente auxiliando na mitigação do risco de crédito e na tomada de decisão estratégica de curto prazo para enfrentamento da crise, bem como de longo prazo para o pós crise. Os resultados foram utilizados para balizar decisões de negócio pautadas pela sustentabilidade e gestão de riscos.

Por fim, em decorrência do COVID-19, houve uma queda na média do volume de compras com o cartão de crédito durante o período mais crítico da pandemia, o que afetou as receitas de intercâmbio e de operações de crédito, assim como a carteira de recebíveis de transações de cartão de crédito e os valores a liquidar com a bandeira, porém até o final do semestre findo em junho de 2020, o volume de compras voltou aos patamares anteriores.

São Paulo, 21 de agosto de 2020



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balancos patrimoniais

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	1.990.350	1.712.157
Disponibilidades.....		122.680	560.160
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		1.867.670	1.151.997
Instrumentos financeiros.....		15.813.465	17.537.738
Títulos e valores mobiliários.....	5	4.644.782	6.307.676
Instrumentos financeiros derivativos.....	6	3.579	241
Operações de cartão de crédito.....	7	12.159.671	12.132.215
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	7	(994.567)	(902.394)
Outros créditos.....	8	745.130	695.154
Créditos tributários.....	21	407.709	363.161
Investimentos em participações em coligadas e controladas.....	9	272.254	108.208
Imobilizado de uso.....		58.669	44.849
Intangível.....		13.796	5.094
Depreciações e amortizações.....		(19.024)	(12.732)
Total do Ativo.....		19.282.349	20.453.629
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....		17.737.902	18.969.927
Depósitos.....	10	4.102.691	5.339.315
Relações interfinanceiras.....	11	12.133.484	12.033.071
Obrigações por empréstimos.....	12	373.943	387.194
Obrigações por operações vinculadas a cessões.....	13	1.124.011	1.206.490
Instrumentos financeiros derivativos.....	6	3.773	3.857
Outras obrigações.....	14	384.958	309.344
Provisões.....	15	85.197	84.444
Receita diferida.....		92.911	85.258
Obrigações fiscais diferidas.....	21	4.102	2.814
Total do Passivo.....		18.305.070	19.451.787
Patrimônio líquido.....	17	977.279	1.001.842
Capital social.....		1.557.410	1.557.410
Reservas de capital.....		153.376	104.275
Outros resultados abrangentes.....		26.285	(61)
(-) Prejuízos acumulados.....		(759.792)	(659.782)
Total do Passivo e Patrimônio líquido.....		19.282.349	20.453.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2020	2019
Receitas de intermediação financeira	18	1.870.292	1.020.567
Receita de operações de crédito		706.633	414.647
Receita de tarifas e similares		901.531	432.585
Resultado de títulos e valores mobiliários		135.488	176.681
Resultado de negociação de derivativos		126.640	(3.346)
Despesas de intermediação financeira	19	(607.468)	(316.077)
Despesa de juros e similares		(150.402)	(160.218)
Despesa com tarifas e similares		(383.119)	(155.406)
Variação cambial		(73.947)	(453)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		1.262.824	704.490
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(346.243)	(332.723)
Resultado de intermediação financeira		916.581	371.767
Outras receitas/despesas operacionais	20	(1.036.184)	(565.218)
Outras despesas relacionadas a crédito		(131.120)	(107.454)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados		(253.043)	(99.467)
Despesas de pessoal		(294.451)	(139.662)
Despesas tributárias		(144.774)	(76.643)
Despesas de provisões		(753)	(226)
Outras despesas administrativas		(172.933)	(119.576)
Resultado de participações em controladas		(38.779)	(8.380)
Outras receitas operacionais		20.627	2.206
Outras despesas operacionais		(20.958)	(16.016)
Resultado antes de tributos e participações		(119.603)	(193.451)
Tributos e participações	21	19.593	53.939
Provisão para imposto de renda		(25.549)	(7.867)
Provisão para contribuição social		(15.682)	(4.902)
Imposto fiscal diferido		60.824	66.708
Resultado líquido		(100.010)	(139.512)
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,64)	(1,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>
Resultado líquido		<u>(100.010)</u>
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	5	<u>6.126</u>
Variação do valor justo		10.009
Variação do valor justo - reflexa de controlada		201
Imposto diferido		(4.084)
Hedge de Fluxo de Caixa	6	<u>20.220</u>
Parcela efetiva das mudanças no valor justo		49.234
(Ganhos)/Perdas transferidos ao resultado		(15.534)
Imposto diferido		(13.480)
Variação de Outros resultados abrangentes		<u>26.346</u>
Resultado abrangente líquido para o semestre		<u><u>(73.664)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2018		1.368.171	86.197	-	(379.174)	1.075.194
Outorgas de Plano de ações	16	-	32.234	-	-	32.234
Outorgas de Plano de ações - controladas	16	-	272	-	-	272
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos		-	-	398	-	398
Resultado do semestre		-	-	-	(139.512)	(139.512)
Saldo em 30/06/2019		1.368.171	118.703	398	(518.686)	968.586
Mutações no período		-	32.506	398	(139.512)	(106.608)
Saldo em 31/12/2019		1.557.410	104.275	(61)	(659.782)	1.001.842
Outorgas de Plano de ações	16	-	46.477	-	-	46.477
Outorgas de Plano de ações - controladas	16	-	2.624	-	-	2.624
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos		-	-	20.220	-	20.220
Ajustes de avaliação patrimonial - marcação a mercado		-	-	5.925	-	5.925
Ajustes de avaliação patrimonial - marcação a mercado reflexa de controlada		-	-	201	-	201
Resultado do semestre		-	-	-	(100.010)	(100.010)
Saldo em 30/06/2020		1.557.410	153.376	26.285	(759.792)	977.279
Mutações no período		-	49.101	26.346	(100.010)	(24.563)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do semestre		(100.010)	(139.512)
Ajustes ao resultado líquido			
Depreciação/amortização.....	20	6.292	3.196
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	7	378.333	365.478
Resultado com tributos diferidos.....	21	(60.824)	(66.708)
Resultado de participação em controladas.....	9	38.779	8.380
Despesas de provisões.....	15	753	28.870
Varição de valor justo de títulos e valores mobiliários.....		1.725	(5.871)
Varição de valor justo de instrumentos financeiros derivativos.....		30.278	855
Varição cambial de obrigações por empréstimos.....	12	82.854	(2)
Juros de obrigações por empréstimos.....	12	9.450	5.495
Juros de obrigações vinculadas a cessão.....	13	36.524	32.686
Plano de ações.....		46.477	32.234
Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa.....		(6.971)	300
Outros ajustes.....		-	339
Resultado ajustado		463.660	265.740
(Aumento)/redução líquido de ativos:			
Títulos e valores mobiliários para negociação.....		1.336.414	(52.890)
Operações de cartão de crédito.....		(313.616)	(1.897.500)
Outros créditos.....		(28.351)	(45.254)
Aumento/(redução) líquido de passivos:			
Depósitos.....		(1.236.624)	2.711.543
Relações interfinanceiras.....		100.413	1.877.342
Outras obrigações.....		75.614	22.306
Receita diferida.....		7.653	17.657
Pagamento de juros.....		(48.083)	(58.362)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social.....		(26.488)	(13.636)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		330.592	2.826.946
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários, exceto para negociação.....		334.764	(99.205)
Aquisição de ativo imobilizado.....		(13.820)	(4.857)
Aquisição de ativo intangível.....		(3.839)	(439)
Baixa de ativo imobilizado.....		-	1.827
Aumento de capital em investidas.....	9	(200.000)	(50.140)
Redução de capital em investidas.....	9	-	4.443
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		117.105	(148.371)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de obrigações vinculadas a cessão.....	13	-	500.000
Pagamento de principal de obrigações vinculadas a cessão.....	13	(79.092)	-
Aumento de obrigações por empréstimos.....	12	-	150.000
Pagamento de principal de obrigações por empréstimos.....	12	(97.383)	(205.881)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		(176.475)	444.119
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre.....	4	1.712.157	967.255
Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa.....		6.971	(300)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre.....	4	1.990.350	4.089.649
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		271.222	3.122.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nu Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros - São Paulo - SP - Brasil.

O Nubank tem por objeto as atividades de emissão e administração de cartões de créditos, a transferência de pagamentos pós-pagos e a gestão de conta de pagamento pré-pago, assim como a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. O Nubank possui como principais produtos: (i) o cartão de crédito internacional com a bandeira Mastercard, controlado por meio de aplicativo para *smartphones*, e que possui o programa de pontos Nubank Rewards e (ii) a Conta do Nubank, uma conta de pagamento 100% digital, sem tarifas, com remuneração de 100% da taxa DI, transferências entre contas do Nubank e TEDs para todos os bancos, pagamento de boletos, saques através da rede de caixas eletrônicos 24 horas, recarga de celular e função débito.

A Companhia foi constituída em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso, tais clientes passarão a ser rentáveis para a Companhia.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões, e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Em 18 de maio de 2017, a Nu Pagamentos foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago e, em 19 de julho de 2019, foi autorizado para prestar serviços de pagamento relativo à modalidade de moeda eletrônica, pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Em 21 de novembro de 2018, a Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Nu Financeira”), subsidiária integral da Companhia, foi autorizada a operar na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, pelo BACEN.

No primeiro semestre de 2020, em função do COVID-19, a Companhia implementou uma série de medidas visando garantir a saúde e segurança de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes, bem como manter a qualidade do serviço prestado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN, conforme disposto na circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na Circular nº 3.959 do BACEN de 4 de setembro de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 21 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de cartão de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Reapresentação do Balanço patrimonial e da Demonstração do resultado

A Circular nº 3.959 do BACEN, de 4 de setembro de 2019 estabeleceu critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras a serem aplicados prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2020 que alteraram de forma relevante a apresentação das demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram reapresentadas para conformidade com essas normas, além da inclusão da apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, a qual a Companhia optou pela apresentação prospectiva. Não houve alteração no saldo total do ativo, patrimônio líquido e resultado líquido do período reapresentado.

Balanço patrimonial

	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	1.712.157
Disponibilidades.....	560.160	-	560.160
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	1.151.997	-	1.151.997
Instrumentos financeiros.....	-	-	17.537.738
Títulos e valores mobiliários e derivativos.....	6.307.676	(6.307.676)	-
Relações interfinanceiras.....	368	(368)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	6.307.676	6.307.676
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	241	241
Operações de cartão de crédito.....	-	12.132.215	12.132.215
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(902.394)	(902.394)
Outros créditos.....	12.246.537	(11.551.383)	695.154
Outros valores e bens.....	41.472	(41.472)	-
Créditos tributários.....	-	363.161	363.161
Investimentos em participações em coligadas e controladas.....	108.208	-	108.208
Imobilizado de uso.....	32.736	12.113	44.849
Intangível.....	4.475	619	5.094
Depreciações e amortizações.....	-	(12.732)	(12.732)
Total do Ativo.....	20.453.629	-	20.453.629

	<u>31/12/2019</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2019</u>
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	-	18.969.927
Depósitos.....	5.339.315	-	5.339.315
Relações interfinanceiras.....	11.971.391	61.680	12.033.071
Obrigações por empréstimos.....	387.194	-	387.194
Obrigações por operações vinculadas a cessões.....	-	1.206.490	1.206.490
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	3.857	3.857
Outras obrigações.....	1.668.629	(1.359.285)	309.344
Provisões.....	-	84.444	84.444
Receita diferida.....	-	85.258	85.258
Obrigações fiscais diferidas.....	-	2.814	2.814
Resultados de exercícios futuros.....	85.258	(85.258)	-
Patrimônio líquido	1.001.842	-	1.001.842
Capital social.....	1.557.410	-	1.557.410
Reservas de capital.....	104.275	-	104.275
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(61)	61	-
Outros resultados abrangentes.....	-	(61)	(61)
(-) Prejuízos acumulados.....	(659.782)	-	(659.782)
Total do Passivo e Patrimônio líquido	20.453.629	-	20.453.629

A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Houve ainda a adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como:

- Caixa e equivalentes de caixa - agrupamento de Disponibilidades e Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Instrumentos financeiros - agrupamento de Títulos e valores mobiliários, Operações de cartão de crédito e Instrumentos financeiros derivativos e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Depósitos e demais instrumentos financeiros - agrupamento de Depósitos, Relações interfinanceiras, Obrigações por empréstimos, Obrigações por operações vinculadas a cessões e Instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração do resultado

	<u>30/06/2019</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>30/06/2019</u>
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Receitas de intermediação financeira.....	-	1.020.567	1.020.567
Despesas da intermediação financeira.....	-	(316.077)	(316.077)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas	-	704.490	704.490
Receita operacional.....	355.440	(355.440)	-
Custo dos serviços prestados.....	(393.946)	393.946	-
Resultado Bruto	(38.506)	38.506	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(332.723)	(332.723)
Resultado de intermediação financeira	-	371.767	371.767
Outras receitas / despesas operacionais	(622.181)	56.963	(565.218)
Receitas de prestação de serviços.....	1.555	(1.555)	-
Outras despesas relacionadas a crédito.....	-	(107.454)	(107.454)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados.....	-	(99.467)	(99.467)
Despesas de pessoal.....	(139.662)	-	(139.662)
Despesas tributárias.....	-	(76.643)	(76.643)
Provisões para contingências.....	-	(226)	(226)
Outras despesas administrativas.....	(120.814)	1.238	(119.576)
Resultado de participação em controladas.....	(8.380)	-	(8.380)
Outras receitas operacionais.....	32.785	(30.579)	2.206
Outras despesas operacionais.....	(22.187)	6.171	(16.016)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(365.478)	365.478	-
Resultado operacional	(660.687)	467.236	(193.451)
Receitas financeiras.....	658.784	(658.784)	-
Despesas financeiras.....	(191.548)	191.548	-
Resultado financeiro	467.236	(467.236)	-
Resultado antes de tributos e participações	(193.451)	-	(193.451)
Tributos e participações.....	53.939	-	53.939
Resultado líquido	(139.512)	-	(139.512)

- A abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito”;
- Mudança da alocação da “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito” passando a ser apresentada anterior ao “Resultado de intermediação Financeira”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular 3.068, de 08 de novembro de 2001 do BACEN, está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como estando em uma relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato de derivativo é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Os ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(i) Hedge

A Companhia aplica contabilidade de hedge para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é designado como hedge (ou seja, no início do hedge), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de hedge e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento

de risco e estratégia para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de hedge na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do hedge como de forma contínua, se os derivativos de hedge foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um hedge é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de hedge é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do hedge, os derivativos podem ser designados como: (i) hedge da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (hedge de risco de mercado); (ii) hedge da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (hedge de fluxo de caixa); ou (iii) hedge de investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido). A Companhia aplica contabilidade de hedge de fluxo de caixa e de risco de mercado, mas não aplica de hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior.

(ii) Contabilização do hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo dos hedges de fluxo de caixa qualificados é reconhecida em outros resultados abrangentes na reserva de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Quando um instrumento de hedge expira ou é vendido, ou quando um hedge não mais atende aos critérios de contabilização de hedge, qualquer ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos na demonstração do resultado quando a transação prevista é reconhecida na demonstração de resultados. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que foi reconhecido no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado. A Companhia está exposta ao risco cambial sobre as transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída a um nível com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que nossas medições do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

A principal provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros refere-se às perdas esperadas associadas ao risco de crédito, sendo descritas no item a seguir.

f. Operações de cartão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Os juros referentes às operações de cartão de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidos.

Aplicável para as operações sujeitas ao risco de crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

A Companhia observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), dispendo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito mínima requerida. Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da Companhia, levando em consideração as diretrizes da resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo - 0% de provisão) e H (risco máximo - 100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferidas para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H.

Metodologia Interna

A metodologia interna para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17 do CMN. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima requerida pela resolução nº 2.682/99 do CMN, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela resolução nº 2.682/99 do CMN.

A Companhia conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos de perda esperada, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Cessões de crédito

A Companhia realiza captações através de cessões de créditos lastreados em recebíveis de cartão de crédito e de transações de pagamento. Estas cessões foram contabilizadas de acordo com a resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a resolução nº 2.682/99 do CMN e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

A Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes, esses instrumentos financeiros continuam a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras.

h. Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes a custos para originação de operações de cartão de crédito, sendo os mais relevantes os custos de emissão de cartões. Os custos de emissão de cartões são amortizados utilizando o método linear com base na expectativa da vida útil do cartão.

i. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos da Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens do imobilizado e intangível é a seguinte:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Intangível	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, o imobilizado e os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis do ativo imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis devem ser reduzidos pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorre. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida, relativa ao ativo imobilizado, pode ser revertida parcial ou totalmente quando uma mudança nas circunstâncias leva a uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado. O valor contábil do imobilizado somente será aumentado até o valor que teria sido se a redução ao valor recuperável original não fosse reconhecida.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhum ajuste no valor recuperável para ativos não financeiros foi registrado nas demonstrações financeiras.

k. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

l. Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes na Conta do Nubank, que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga cuja remuneração é de 100% do CDI e é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

m. Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Mastercard relativos às operações de cartões de crédito e a outros sistemas de liquidação.

n. Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

o. Receita diferida

Entende-se como receita diferida as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva dependente apenas da fluência do prazo.

A Companhia possui um programa de recompensa para seus clientes de cartão de crédito chamado "Nubank Rewards". O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com a utilização do cartão de crédito na proporção de R\$ 1,00 (um Real) igual a 1 ponto. O número de pontos gerados pode ser maior para transações com algumas empresas parceiras ou para transações que atendem às pré-condições do Nubank. Os pontos não expiram e não há limite para a quantidade de recompensas que um membro elegível do cartão pode ganhar. O resgate dos pontos é realizado mediante a compensação dos pontos com compras feitas pelo usuário em várias categorias de despesas, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte e música.

O valor financeiro estimado desses pontos inicialmente reduz a receita de intercâmbio e é apresentado como passivo diferido. A receita é registrada quando os pontos são resgatados pelos clientes.

p. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de consultores jurídicos quando for provável que sejam necessários recursos financeiros para liquidar as obrigações e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

q. Plano de opção de compra de ações e RSUs

A Companhia mantém um plano estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações e *Restricted Stock Units (RSU)*, de ações da Nu Holdings Ltd. que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais para fins de CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.

O objetivo é conceder, aos colaboradores da Companhia, a opção de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas. O valor justo das opções e RSUs concedidas pela Holding, calculado na data de cada outorga, é reconhecido no resultado da Companhia durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio líquido da Companhia. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e RSUs cujos direitos devem ser exercidos e adquiridos com base nas condições estabelecidas. Para fins contábeis, o valor justo das opções e dos RSUs não são revisados posteriormente à data de outorga.

A Companhia provisiona os impostos corporativos com base no valor justo das ações e reconhece no resultado da Companhia durante o período no qual o direito é adquirido em contrapartida de Outras obrigações, refletindo transações com pagamento baseado em ações liquidado em caixa. Adicionalmente, a Companhia retém ações no momento da aquisição do direito com o objetivo de liquidar os impostos devidos pelo empregado; e o valor justo das ações retidas é reconhecido como dedução da reserva de capital. Os impostos são pagos de acordo com o recebimento das ações pelos empregados e seu cálculo é ajustado sempre que há alteração no valor justo da ação ordinária da Companhia.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na rubrica despesa com pessoal na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido para os valores outorgados de opções e RSUs; e em contrapartida do passivo a reserva de capital para os valores referentes a provisão de impostos sobre o RSUs.

r. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente, originam-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais). Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

s. Resultado por ação

O resultado por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a. Disponibilidades

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa.....	33	152
Banco - conta movimento.....	41.511	488.924
Outras reservas livres.....	56.265	61.919
Disponibilidade em moeda estrangeira.....	24.871	9.165
Total	122.680	560.160

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>0 - 30</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada	767.672	767.672	395.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	460.000	460.000	395.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	307.672	307.672	-
Vinculados a saldos em conta pré-paga	1.099.998	1.099.998	755.998
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	1.099.998	1.099.998	377.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	377.999
Total	1.867.670	1.867.670	1.151.997

As aplicações interfinanceiras realizadas pela Companhia são *overnight*, desta forma a Companhia não possui aplicações interfinanceiras de longo prazo.

A taxa média das aplicações compromissadas em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 correspondem a aproximadamente 100% da taxa referencial DI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira própria.....	910.069	656.648
Vinculados a saldos em conta pré-paga.....	3.634.303	5.149.446
Vinculados à prestação de garantias.....	100.410	501.582
Total	4.644.782	6.307.676
Circulante.....	4.545.152	5.869.740
Não circulante.....	99.630	437.936

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	30/06/2020				31/12/2019	
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	901.489	910.069	118.851	790.145	1.073	656.648
Para negociação	791.186	791.218	-	790.145	1.073	559.779
Disponível para venda	110.303	118.851	118.851	-	-	96.869
Vinculados a saldos em conta pré-paga	3.634.730	3.634.303	-	3.101.714	532.589	5.149.446
Para negociação	3.634.730	3.634.303	-	3.101.714	532.589	5.149.446
Vinculados à prestação de garantias	98.960	100.410	10.447	89.843	120	501.582
Para negociação	89.974	89.963	-	89.843	120	144.398
Disponível para venda	8.986	10.447	10.447	-	-	357.184
Total	4.635.179	4.644.782	129.298	3.981.702	533.782	6.307.676

b. Para negociação

	30/06/2020				31/12/2019	
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado	
Carteira própria	791.186	791.218	790.145	1.073	559.779	
Títulos públicos - Brasil	53.732	53.764	52.691	1.073	305.977	
Letras Financeiras do Tesouro	52.697	52.691	52.691	-	-	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	304.899	
Notas do Tesouro Nacional	1.035	1.073	-	1.073	1.078	
Títulos privados	737.454	737.454	737.454	-	253.802	
Certificados de depósitos bancários (i)	737.454	737.454	737.454	-	253.802	
Vinculados a saldos em conta pré-paga	3.634.730	3.634.303	3.101.714	532.589	5.149.446	
Títulos públicos - Brasil	3.634.730	3.634.303	3.101.714	532.589	5.149.446	
Letras Financeiras do Tesouro	3.634.730	3.634.303	3.101.714	532.589	4.986.380	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	163.066	
Vinculados a prestação de garantias	89.974	89.963	89.843	120	144.398	
Títulos públicos - Brasil	88.320	88.309	88.305	4	142.662	
Letras Financeiras do Tesouro	88.316	88.305	88.305	-	120.611	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	22.047	
Notas do Tesouro Nacional	4	4	-	4	4	
Títulos privados	1.654	1.654	1.538	116	1.736	
Certificados de depósitos bancários (i)	1.510	1.510	1.510	-	1.736	
Letras de câmbio	116	116	-	116	-	
Recibos de depósitos bancários (i)	28	28	28	-	-	
Total	4.515.890	4.515.484	3.981.702	533.782	5.853.623	

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e recibos de depósitos bancários (RDB) pós fixados. A administração da Companhia concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, é considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

c. Disponíveis para venda

	30/06/2020				31/12/2019	
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	110.303	118.851	118.851	-	-	96.869
Cotas de fundos de investimento (i) ...	110.303	118.851	118.851	-	-	96.869
Cotas de fundos de investimento	110.303	118.851	118.851	-	-	96.869
Vinculados a prestação de garantias ...	8.986	10.447	10.447	-	-	357.184
Cotas de fundos de investimento (i) ...	8.986	10.447	10.447	-	-	356.144
Cotas de fundos de investimento	8.986	10.447	10.447	-	-	356.144
Títulos privados	-	-	-	-	-	1.040
Letras de câmbio	-	-	-	-	-	114
Recibos de depósitos bancários	-	-	-	-	-	926
Total	119.289	129.298	129.298	-	-	454.053

(i) O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

Os ajustes ao valor de mercado não realizados dos títulos disponíveis para venda que se encontram em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido somam R\$10.009 e R\$0 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

a. Valor de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	30/06/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	2.331.539	109.316	180.682	2.621.537	3.195.049
Taxa de juros	1.832.595	109.316	180.682	2.122.593	2.673.789
Moeda estrangeira	498.944	-	-	498.944	521.260
Compromissos de venda	-	-	-	-	-
Taxa de juros	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-
Total	2.331.539	109.316	180.682	2.621.537	3.195.049

b. Valor a receber e a pagar de contratos de futuros por fator de risco

	30/06/2020		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	2.122.593	96	-
Futuro - DI	2.122.593	96	-
Moeda estrangeira	498.944	3.483	3.773
Futuro - Dólar	488.243	3.411	3.748
Futuro - Euro	10.701	72	25
Total	2.621.537	3.579	3.773

	31/12/2019		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	2.673.789	241	1.178
Futuro - DI	2.673.789	241	1.178
Moeda estrangeira	521.260	-	2.679
Futuro - Dólar	508.840	-	2.636
Futuro - Euro	12.420	-	43
Total	3.195.049	241	3.857

Os contratos de futuros são negociados na bolsa de valores, tendo como contraparte a própria B3.

Em junho de 2020 o valor total das margens dadas em garantia pela Companhia em operações em bolsa era de R\$88.305 (R\$142.658 em 2019) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

c. Análise dos derivativos designados como hedge de fluxo de caixa

Hedge de risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de moeda estrangeira em transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços, despesas administrativas e a empréstimos realizados no exterior.

A Companhia administra sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa de transações previstas em moeda estrangeira em relação à movimentação em moeda estrangeira, entrando em contratos de câmbio (futuros de câmbio). Esses instrumentos são celebrados de acordo com o perfil de fluxo de caixa da transação estimada.

A eficácia é avaliada mensalmente, analisando os termos críticos. Os termos críticos do instrumento de cobertura e o montante da transação prevista coberta podem ser considerados os mesmos, porque os valores nominais e subjacentes do instrumento de cobertura e da transação prevista coberta são significativamente os mesmos e as despesas previstas deverão ocorrer no mesmo mês que a data de vencimento do instrumento de hedge. Portanto, espera-se que a cobertura seja perfeitamente eficaz. Avaliações subsequentes da efetividade serão realizadas verificando e documentando se os termos críticos do instrumento de hedge e a transação prevista coberta mudaram durante o período em análise e se continuam prováveis. Se não houver tais mudanças em termos críticos, a Companhia continuará a concluir que a relação de cobertura é perfeitamente eficaz.

Inefetividade é esperada em função de diferenças em relação ao valor e período em que as transações previstas ocorrem e o derivativos contratados.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	(61)	-
Alterações no valor do instrumento de cobertura reconhecido em Outros resultados abrangentes.....	49.234	5.971
Valor reclassificado de reserva de hedge de fluxo de caixa para o resultado.....	(15.534)	(6.072)
Impostos.....	(13.480)	40
Saldo final	20.159	(61)

7. OPERAÇÕES DE CARTÃO DE CRÉDITO

a. Composição de operações de cartão de crédito

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a receber de cartão de crédito.....	9.897.462	9.598.621
Valores a receber de cartão de crédito - operações cedidas.....	2.262.209	2.533.594
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7e).....	(994.567)	(902.394)
Total	11.165.104	11.229.821
Circulante.....	11.158.790	11.227.926
Não circulante.....	6.314	1.895

As operações de cartão de crédito da Companhia são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que não possui concentração de contraparte.

b. Composição das operações de cartão de crédito por vencimento

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Curso normal	11.307.336	11.335.827
Parcelas vencidas	117.053	110.284
Até 14 dias.....	117.053	110.284
Parcelas a vencer	11.190.283	11.225.543
até 3 meses.....	8.612.474	8.941.670
3 a 6 meses.....	1.734.295	1.578.645
6 a 12 meses.....	836.698	703.155
acima de 12 meses.....	6.816	2.073
Curso Anormal	852.335	796.388
Parcelas vencidas	801.631	647.164
Acima de 14 dias.....	801.631	647.164
Parcelas a vencer	50.704	149.224
até 3 meses.....	37.447	94.726
3 a 6 meses.....	8.703	31.869
6 a 12 meses.....	4.493	20.815
acima de 12 meses.....	61	1.814
Total	12.159.671	12.132.215
Valores a receber de cartão de crédito.....	9.897.462	9.598.621
Valores a receber de cartão de crédito - operações cedidas.....	2.262.209	2.533.594

A abertura por vencimento das operações de cartão de crédito em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas.

As tabelas abaixo apresentam as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado por dias de atraso.

c. Classificação das operações de cartão de crédito por níveis de risco - Resolução 2.682/99 do CMN

Nível	30/06/2020			31/12/2019		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
A	11.063.181	-	11.063.181	11.195.410	-	11.195.410
B	76.000	33.010	109.010	73.806	82.406	156.212
C	62.768	74.127	136.895	52.245	98.594	150.839
D	40.423	107.658	148.081	6.660	80.991	87.651
E	17.747	112.571	130.318	2.638	73.783	76.421
F	8.484	96.839	105.323	197	66.725	66.922
G	5.418	84.587	90.005	21	59.078	59.099
H	33.315	343.543	376.858	4.850	334.811	339.661
Total	11.307.336	852.335	12.159.671	11.335.827	796.388	12.132.215

d. Classificação das operações de cartão de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

30/06/2020					
Nível de Risco	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão Total	Índice de cobertura %
1	5.950.400	-	5.950.400	(24.578)	0,4%
2	2.198.256	4	2.198.260	(49.262)	2,2%
3	2.209.485	208	2.209.693	(166.338)	7,5%
4	660.351	2.621	662.972	(163.743)	24,7%
5	288.844	849.502	1.138.346	(590.646)	51,9%
Total	11.307.336	852.335	12.159.671	(994.567)	8,2%

31/12/2019					
Nível de Risco	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão Total	Índice de cobertura %
1	5.264.513	40	5.264.553	(26.536)	0,5%
2	3.332.791	506	3.333.297	(83.840)	2,5%
3	1.877.233	5.638	1.882.871	(166.795)	8,9%
4	84.772	7.341	92.113	(23.396)	25,4%
5	776.518	782.863	1.559.381	(601.827)	38,6%
Total	11.335.827	796.388	12.132.215	(902.394)	7,4%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão pelo modelo interno leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático.

Até o momento desta divulgação, a Companhia vem observando uma constante melhora nos indicadores de risco, atingindo patamares melhores que os observados antes da crise. Esse efeito também é capturado pelos modelos internos de crédito, refletindo em uma migração para níveis de risco melhores. Vale ressaltar que a Companhia também considera em seus modelos uma expectativa de deterioração do cenário macroeconômico em detrimento da pandemia.

Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019 (Exercício)
Saldo no início do semestre/exercício	(902.394)	(564.318)	(564.318)
(Constituição)/Reversão de provisão.....	(378.333)	(365.478)	(747.009)
Créditos baixados para prejuízo.....	286.160	201.727	408.933
Saldo no final do semestre/exercício	(994.567)	(728.069)	(902.394)

f. Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos

	30/06/2020	30/06/2019
Constituição de provisão.....	(645.945)	(461.493)
Reversão de provisão.....	267.612	96.015
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta	(378.333)	(365.478)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	32.090	32.755
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(346.243)	(332.723)

g. Operações renegociadas

O montante das operações renegociadas no semestre e exercício findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 totalizaram, respectivamente, R\$264.932 e R\$360.617.

h. Operações cedidas

A Companhia realizou a cessão de transações de meio de pagamento com retenção de risco ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nu ("FIDC Nu") e a Nu Financeira, que geraram despesa de R\$24.952 e R\$13.194, respectivamente, em 30 de junho de 2020 e R\$33.859 e R\$0, respectivamente, no mesmo período de 2019, reconhecidos em despesas com operações vinculadas a cessão.

8. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2020	31/12/2019
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 16)	223.047	94.800
Valores pendentes de liquidação	178.383	318.810
Impostos e contribuições a compensar	125.867	87.927
Depósitos judiciais (Nota 15)	85.409	85.354
Outros recebíveis de transações de pagamento	54.783	44.757
Despesas antecipadas	52.553	41.472
Rendas a receber - Partes relacionadas (Nota 16)	13.525	9.792
Valores a receber - Partes relacionadas (Nota 16)	5.269	2.857
Diversos	6.294	9.385
Total	745.130	695.154
Circulante	734.958	695.154
Não circulante	10.172	-

(i) Refere-se a valores a liquidar entre a Companhia e sua Controlada, decorrentes de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos originados por transações efetuadas pelos clientes do grupo.

9. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	30/06/2020				
	Capital social	Resultado líquido	Patrimônio líquido	%	Investimento
No exterior	5.137	65	253		253
Nu Payments, LLC	5.137	65	253	100	253
No país	330.740	(38.844)	272.001		272.001
Nu Investimentos Ltda.	740	(226)	295	100	295
Nu Financeira S.A. - SCFI	330.000	(38.618)	271.706	100	271.706
Total geral	335.877	(38.779)	272.254		272.254

	31/12/2019				
	Capital social	Resultado líquido	Patrimônio líquido	%	Investimento
No exterior	5.137	(219)	188		188
Nu Payments, LLC	5.137	(219)	188	100	188
No país	130.740	(20.868)	108.020		108.020
Nu Investimentos Ltda.	740	(120)	521	100	521
Nu Financeira S.A. - SCFI	130.000	(20.748)	107.499	100	107.499
Total no país	135.877	(21.087)	108.208		108.208

Em março de 2020 foi realizado aporte de capital no valor de R\$200 milhões na controlada Nu Financeira S.A. SCFI.

10. DEPÓSITOS

O montante de R\$4.102.691 (2019 - R\$5.339.315) corresponde a depósitos de clientes feitos na conta de pagamento pré-paga do Nubank. Tais depósitos são mantidos aplicados em títulos públicos, conforme requerimento da circular 3.681 do BACEN, sendo remunerados por 100% do CDI e possuem liquidez diária. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, no passivo circulante.

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a liquidar - Bandeira.....	11.943.075	12.033.071
Valores a liquidar - Outros sistemas de liquidação.....	76.272	-
Valores a liquidar - Partes relacionadas (i) (Nota 16).....	114.137	-
Total	12.133.484	12.033.071
Circulante.....	12.133.484	12.033.071
Não circulante.....	-	-

(i) Refere-se a valores pendentes de liquidação de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos, entre a Companhia e sua Controlada, decorrentes de operações com os clientes do grupo.

As transações locais realizadas na função crédito seguem, aproximadamente, um prazo de liquidação de D+27, contados da data de processamento das compras; já as transações internacionais, observam o prazo de D+1, também considerando a data de processamento.

As transações realizadas na função débito seguem um prazo de liquidação de D+1 com relação da data do processamento.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a. Composição de obrigações por empréstimos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações por empréstimos		
No país.....	111.943	137.770
No exterior.....	262.000	249.424
Total	373.943	387.194
Circulante.....	111.943	137.770
Não circulante.....	262.000	249.424

b. Abertura por vencimento

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Obrigações por empréstimos					
No país.....	8.130	103.813	-	111.943	137.770
No exterior.....	-	-	262.000	262.000	249.424
Total	8.130	103.813	262.000	373.943	387.194

c. Movimentações dos empréstimos

	<u>31/12/2019</u>				<u>Pagamentos</u>		<u>30/06/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Variação Cambial</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Obrigações por empréstimos							
No país.....	137.770	-	2.947	-	(27.500)	(1.274)	111.943
No exterior.....	249.424	-	6.503	82.854	(69.883)	(6.898)	262.000
Total	387.194	-	9.450	82.854	(97.383)	(8.172)	373.943

Em 30 de junho de 2020, as obrigações por empréstimos no país possuem taxas pós fixadas entre de CDI +1,05% a CDI +1,60% ao ano. As obrigações por empréstimos no exterior são em dólar e possuem taxa pré fixada de 5,00% ao ano (2019 - entre CDI +1,05% a CDI +1,60% ao ano no país, e pré-fixada de 5,00% ao ano no exterior).

13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES VINCULADAS A CESSÃO

a. Composição de obrigações por operações vinculadas a cessão

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Operações vinculadas a cessão - FIDC Nu (Nota 16)	621.884	704.217
Operações vinculadas a cessão - Nu Financeira (Nota 16)	502.127	502.273
Total	1.124.011	1.206.490
Circulante	386.732	289.320
Não circulante	737.279	917.170

b. Abertura por vencimento

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Operações vinculadas a cessão					
FIDC Nu	84.216	302.516	235.152	621.884	704.217
Nu Financeira	-	-	502.127	502.127	502.273
Total	84.216	302.516	737.279	1.124.011	1.206.490

c. Movimentação das operações vinculadas a cessão

	<u>31/12/2019</u>		<u>Pagamentos</u>			<u>30/06/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Operações vinculadas a cessão						
FIDC Nu	704.217	-	23.330	(79.092)	(26.571)	621.884
Nu Financeira	502.273	-	13.194	-	(13.340)	502.127
Total	1.206.490	-	36.524	(79.092)	(39.911)	1.124.011

As obrigações por operações vinculadas a cessão de ativos financeiros referem-se ao valor presente das obrigações das captações realizadas através da securitização de recebíveis de cartão de crédito para o FIDC Nu, e de transações de pagamento para a Nu Financeira.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a pagar - Fornecedores diversos	196.980	225.261
Fiscais e previdenciárias	116.606	52.273
Provisões com folha de pagamento	67.056	28.387
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.316	3.423
Total	384.958	309.344
Circulante	384.958	309.344
Não circulante	-	-

15. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Civil.....	2.032	1.211
Tributário.....	83.150	83.150
Trabalhista.....	15	83
Total.....	85.197	84.444

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários, cíveis, trabalhistas e de consumo. Esses assuntos são discutidos nas esferas administrativa e judicial, os quais, quando aplicável, são suportados por depósitos judiciais.

As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos.

As provisões para contingências passivas da Companhia não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo.

a. Provisões para obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 30 de junho de 2020 no montante de R\$2.032 e R\$1.211 em 31 de dezembro de 2019, considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

A título de obrigação legal, a Companhia registra o montante de R\$83.150 em 30 de junho de 2020, mesmo montante registrado em 31 de dezembro de 2019, referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15. O Nubank depositava judicialmente o valor referente a essa causa e registrava na linha de Outros Créditos até julho de 2019, quando a Companhia decidiu desistir do processo e atualmente está aguardando a liberação para conversão dos depósitos judiciais em renda da União.

b. Movimentação das provisões

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>
Saldo inicial.....	1.211	83.150	83	809	54.506	-
Constituição.....	2.282	-	1	2.931	28.644	83
Utilização/reversão.....	(1.461)	-	(69)	(2.529)	-	-
Saldo final.....	2.032	83.150	15	1.211	83.150	83

c. Contingências passivas

Existem processos cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificados como de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$16.777 e R\$367 em 30 de junho de 2020, respectivamente, e R\$4.887 e R\$180 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

d. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. O montante total de depósitos judiciais é de R\$85.409, em 30 de junho de 2020, e R\$85.354 em 31 de dezembro de 2019, e estão relacionados substancialmente a causa referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS.

16. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a aplicações em fundos de investimento ligados, rateio de despesas e prestação de serviços entre empresas do Nubank e, por fim, captações realizadas através de outras empresas do grupo. Estas transações, em sua maioria, são eliminadas no processo de consolidação.

No curso normal dos negócios, a Companhia emite cartões de crédito e recebe depósitos de funcionários, diretores e acionistas do Nubank. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento.

As operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Título e valores mobiliários	123.274	96.869
Cotas de fundos de investimento	123.274	96.869
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nu - Controlada	89.183	80.752
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI - Controlada	16.414	16.117
Fundo de Investimento Ostrum Soberano - Controlada	10.447	-
Nu Fundo de Investimento em Ações - Controlada	7.230	-
Operações de cartão de crédito	2.262.209	2.533.594
Valores a receber de cartão de crédito - Operações cedidas	2.262.209	2.533.594
Operações cedidas - FIDC Nu - Controlada	1.389.262	1.560.251
Operações cedidas - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	872.947	973.343
Outros Créditos	241.841	110.614
Valores pendentes de liquidação - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	223.047	94.800
Valores a receber - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	5.269	2.857
Rendas a receber - Partes relacionadas	13.525	12.957
Rendas a receber - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	1.131	579
Rendas a receber - Nu Argentina S.A. - Outras partes relacionadas	-	3.165
Rendas a receber - Nu Bn Servicios México S.A. de CV - Outras partes relacionadas	12.394	9.213
Investimentos em participações em coligadas e controladas	272.254	108.208
Nu Payments, LLC	253	188
Nu Financeira S.A. - SCFI	271.706	107.499
Nu Investimentos Ltda.	295	521
Passivo		
Depósitos	119.751	4.710
Conta de Pagamento	119.751	4.710
Conta de Pagamento - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	119.751	4.710
Valores a liquidar	114.137	-
Valores a liquidar - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	114.137	-
Obrigações por empréstimos	262.000	249.424
Empréstimo no exterior - Nu Holdings Ltd. - Controladora	262.000	249.424
Obrigações por operações vinculadas a cessão	1.124.011	1.206.490
Operações vinculadas a cessão - FIDC Nu - Controlada	621.884	704.217
Operações vinculadas a cessão - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	502.127	502.273
Outras obrigações	3.020	1.865
Valores a pagar - Fornecedores diversos	3.020	1.865
Valores a pagar - Nu Finanztechnologie GmbH - Outras partes relacionadas	1.410	1.487
Valores a pagar - Nu Argentina S.A. - Outras partes relacionadas	1.610	378
Patrimônio líquido		
Reserva de Capital	153.376	104.275
Plano de ações - Nu Holdings Ltd. - Controladora	153.376	104.275
Outros resultados abrangentes	8.452	-
Ajuste de avaliação patrimonial	8.452	-
Cota - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nu - Controlada	5.406	-
Cota - Nu Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI - Controlada	355	-
Cota - Fundo de Investimento Ostrum Soberano - Controlada	1.461	-
Cota - Nu Fundo de Investimento em Ações - Controlada	1.230	-

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado		
Receita de intermediação financeira		
Receita de operações de crédito	42.577	20.424
Receita de juros com recebíveis cedidos - FIDC Nu - Controlada	42.577	20.424
Resultado de títulos e valores mobiliários	3.024	12.965
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	3.024	12.965
Cota - FIDC Nu - Controlada	3.024	12.965
Despesa de intermediação financeira		
Despesa de juros e similares	(44.649)	(33.859)
Despesa de juros com recebíveis em cessão	(38.146)	(33.859)
Cessão - FIDC Nu - Controlada	(24.952)	(33.859)
Cessão - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	(13.194)	-
Despesa de juros com empréstimos - Nu Holdings Ltd. - Controladora	(6.503)	-
Outras receitas e despesas operacionais		
Despesa de pessoal	(42.880)	(26.343)
Plano de ações - Nu Holdings Ltd. - Controladora	(56.654)	(32.234)
Honorários da administração	(1.983)	(1.857)
Rateio de salários e ordenados - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	15.757	7.748
Outras despesas administrativas	(11.710)	(4.132)
Despesas de serviços especializados	(14.300)	(4.738)
Prestação de serviços - Nu Finanztechnologie GmbH		
- Outras partes relacionadas	(7.209)	(4.738)
Prestação de serviços - Nu Argentina S.A. - Outras partes relacionadas	(7.091)	-
Outras despesas administrativas	2.590	606
Rateio de despesas - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	2.590	606
Outras receitas operacionais	7.951	1.555
Receita de prestação de serviços - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	4.786	1.555
Receita de prestação de serviços - Nu Argentina S.A.		
- Outras partes relacionadas	3.165	-
Receita de prestação de serviços - Nu Bn Servicios México S.A. de CV		
- Outras partes relacionadas	3.181	-
Resultado de participação em controladas	(38.779)	(8.380)
Nu Payments, LLC	65	(208)
Nu Financeira S.A. - SCFI	(38.618)	(8.128)
Nu Investimentos Ltda.	(226)	(44)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$1.557.410 (R\$1.557.410 em 2019), e está representado por 157.365.162 ações (157.365.162 em 2019), sem valor nominal, divididas entre 157.199.797 ordinárias (157.199.797 em 2019) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2019), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com plano de ações composto por: (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, e (ii) um *Omnibus* Plano de *Restricted Stock Units* (RSU), aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2020, pela qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Companhia.

Ao final do ano de 2016, a Companhia transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta.

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção e RSUs nos montantes de R\$56.654 e R\$32.234 nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 compostas, respectivamente, R\$47.868 e R\$32.234, em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido; e despesas de impostos corporativos nos montantes de R\$8.785 e R\$0, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 totalizadas, respectivamente.

Em 30 de junho de 2020, o saldo total da reserva de capital era de R\$153.376, e R\$104.275 em 31 de dezembro de 2019.

18. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receita de operações de crédito	706.633	414.647
Receita de juros de cartão de crédito	664.056	394.223
Receita de juros sobre recebíveis cedidos	42.577	20.424
Receita de tarifas e similares	901.531	432.585
Receita de intercâmbio	614.855	359.389
Receita de anuidade (Nubank Rewards)	74.351	39.892
Receita sobre recarga	147.119	-
Receita sobre acolhimentos	22.532	4.500
Receita sobre saques	15.148	779
Outras receitas de tarifas e similares	27.526	28.025
Resultado de títulos e valores mobiliários	135.488	176.681
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	38.906	67.905
Resultado de títulos públicos	89.278	77.313
Resultado de títulos privados	3.854	7.387
Resultado de cotas de fundos de investimento	3.450	24.076
Resultado de negociação de derivativos	126.640	(3.346)
Resultado com futuro DI	1.573	(4.478)
Resultado com futuro dólar	120.128	1.132
Resultado com futuro euro	4.939	-
Total	1.870.292	1.020.567

19. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesa de juros e similares	(150.402)	(160.218)
Despesa de juros com depósitos remunerados.....	(81.093)	(108.763)
Despesa com recebíveis em cessão.....	(38.146)	(33.859)
Despesa com empréstimos tomados.....	(9.450)	(6.103)
Despesa com descontos concedidos.....	(21.713)	(11.493)
Despesa com tarifas e similares	(383.119)	(155.406)
Despesa com tarifas de manutenção de contas.....	(62.741)	(64.485)
Despesa com tarifas do sistema financeiro.....	(118.712)	(56.414)
Despesa com tarifas de recarga.....	(127.425)	-
Despesa com Rewards.....	(74.241)	(34.507)
Variação cambial	(73.947)	(453)
Total	(607.468)	(316.077)

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Outras despesas relacionadas a crédito	(131.120)	(107.454)
Despesas com análise de crédito e cobrança.....	(72.967)	(35.700)
Emissão de cartões (i).....	(58.153)	(71.754)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(253.043)	(99.467)
Despesas de pessoal	(294.451)	(139.662)
Proventos.....	(153.252)	(65.231)
Encargos sociais.....	(58.129)	(26.289)
Honorário da administração.....	(1.983)	(1.857)
Plano de ações.....	(56.654)	(32.234)
Outras despesas de pessoal.....	(24.433)	(14.051)
Despesas tributárias	(144.774)	(76.643)
PIS e COFINS.....	(123.108)	(67.523)
ISS.....	(14.914)	(8.462)
Outras despesas tributárias.....	(6.752)	(658)
Despesas de provisões	(753)	(226)
Outras despesas administrativas	(172.933)	(119.576)
Despesas de marketing.....	(25.153)	(55.743)
Despesas de tecnologia.....	(51.993)	(22.748)
Despesas de escritório.....	(37.460)	(9.600)
Despesas de serviços especializados.....	(36.227)	(17.116)
Despesas de viagem.....	(5.363)	(2.938)
Depreciação e amortização.....	(6.292)	(3.196)
Outras despesas administrativas.....	(10.445)	(8.235)
Resultado de participações em controladas	(38.779)	(8.380)
Outras receitas operacionais	20.627	2.206
Outras despesas operacionais	(20.958)	(16.016)
Perdas com riscos operacionais.....	(15.103)	(4.657)
Outras despesas operacionais.....	(5.855)	(11.359)
Total	(1.036.184)	(565.218)

(i) Os custos de emissão do cartão de crédito incluem embossamento, embalagem, custos de remessa e outros.

21. TRIBUTOS

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	(119.603)	(193.451)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social.....	47.841	77.382
Adições/exclusões permanentes.....	(13.560)	(20.347)
Efeito de participação em controladas.....	(15.511)	(3.352)
Outros.....	823	256
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	19.593	53.939
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(41.231)	(12.769)
Tributos diferidos.....	47.344	66.443
Tributos diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes.....	13.480	265
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	19.593	53.939
Alíquota efetiva.....	16,4%	27,9%

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social sobre lucro líquido e diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2020</u>	<u>Constituição/(Realização)</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>
		<u>Resultado</u> <u>abrangente</u>	<u>Resultado</u>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	275.942	-	29.771	246.171
Outras provisões passivas.....	130.624	-	37.293	93.331
Marcação a mercado de instrumentos financeiros.....	203	-	(4.828)	5.031
Total dos créditos tributários				
sobre diferenças temporárias.....	406.769	-	62.236	344.533
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social....	940	-	(17.688)	18.628
Imposto de renda e contribuição				
social diferidos ativo.....	407.709	-	44.548	363.161
Marcação a mercado - Títulos para negociação.....	(18)	-	2.796	(2.814)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para venda....	(4.084)	(4.084)	-	-
Imposto de renda e contribuição				
social diferidos passivo.....	(4.102)	(4.084)	2.796	(2.814)
Marcação a mercado - Hedge de fluxo de caixa.....	13.440	(13.480)	13.480	(40)
Refletido no Patrimônio líquido.....	13.440	(13.480)	13.480	(40)
Total de movimentação.....		(17.564)	60.824	

	Saldo em 30/06/2019	Constituição/(Realização)		Saldo em 31/12/2018
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	197.903	-	60.831	137.072
Outras provisões passivas	59.045	-	10.378	48.667
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	833	-	833	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	257.781	-	72.042	185.739
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	21.131	-	(5.599)	26.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	278.912	-	66.443	212.469
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	-	-	-	-
Marcação a mercado - Hedge de fluxo de caixa	265	(265)	265	-
Refletido no Patrimônio líquido	265	(265)	265	-
Total de movimentação		(265)	66.708	

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 30 de junho de 2020, no montante de R\$407.011 (R\$363.161 em 2019), foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2020 é de R\$400.574.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	52.502	31.501	84.003
2021	193.375	116.025	309.400
Após 2021	8.354	5.952	14.306
Total	254.231	153.478	407.709

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguro mais relevante é do risco operacional no valor de R\$174.600, cobrindo os riscos relacionados a incêndios, explosões e danos elétricos.

23. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pela Companhia para determinar seu valor justo.

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. Em 2020 e 2019, não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O Nubank prioriza os riscos que têm um impacto material em seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos com o objetivo de selecionar os riscos que são chaves para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem corroer o valor já existente, com a possibilidade de haver impactos nos resultados, capital, liquidez e reputação.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Nubank considera que uma Declaração de Apetite ao Risco (“RAS”) é um instrumento essencial para apoiar o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital da Companhia. O Nubank implementou um RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses riscos, foram implementadas declarações qualitativas e medidas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, mensuração de risco, liquidez e outras medidas relevantes, conforme apropriado.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank permeia a Companhia como um todo, permitindo que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Administração do Nubank adota o modelo de três linhas de defesa, como segue:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*. Garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- **Terceira linha de defesa:** composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Companhia. Os principais comitês e fóruns estão descritos abaixo:

- **Comitê de Riscos:** seu objetivo é assessorar o *Chief Executive Officer* (CEO) e outros diretores no desempenho de suas funções de gerenciamento e controle de riscos, monitorando o nível de exposição a riscos de acordo com a RAS. Também visa adotar estratégias, políticas e medidas destinadas a disseminar a cultura de controles internos e mitigação de riscos aplicáveis ao Nubank. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o CEO, o *Chief Risk Officer* (CRO) e um membro não executivo independente.
- **Comitê de Crédito:** tem como objetivo apresentar, discutir e aprovar mudanças nas políticas de crédito, considerando desempenho histórico e cenários futuros. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o Diretor de Crédito e o CRO.
- **Comitê de Auditoria:** seu principal objetivo é garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, assim como avaliar o desempenho e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa. Ocorre regularmente e seus membros são três membros independentes não executivos.
- **Fóruns Técnicos:** reuniões regulares para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos a seguir possui seu próprio fórum técnico, com a participação de executivos de áreas associadas: Controladoria, Risco Operacional e Controles Internos, Gerenciamento de Ativos e Passivos (ALM) / Riscos de Capital, Risco de Crédito, Risco de Tecnologia da Informação (TI), Proteção de Dados, Compliance, Prevenção a Fraudes, Combate à Lavagem de Dinheiro (AML) e Teste de Estresse. Cada fórum técnico ocorre mensalmente.

Os riscos que monitoramos ativamente incluem crédito, mercado, liquidez, operacional, tecnologia da informação e capital. O gerenciamento desses riscos é realizado através do modelo de três linhas de defesa e considerando políticas, procedimentos em vigor, bem como os limites e fatores da Declaração de Apetite ao Risco.

Diante da crise provocada pelo COVID-19, a Companhia criou um Comitê de Crise com participação direta da administração e monitoramento diário dos principais indicadores da Companhia, englobando os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e estratégico, bem como o monitoramento diário das iniciativas governamentais e novas propostas legislativas decorrentes da pandemia. O objetivo das discussões diárias é antecipar possíveis mudanças no perfil de risco dos clientes e alterações do cenário externo, com o objetivo de tomar decisões mais tempestivas diante de diferentes cenários na crise atual.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à sua deterioração da qualidade de crédito.

Há uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito de todos os produtos, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. Há também uma avaliação dos possíveis impactos de possíveis mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que nossa carteira de crédito seja resistente a crises econômicas.

As decisões de risco de crédito são tomadas na estrutura de comitês e fóruns técnicos, com o envolvimento da primeira e segunda linhas de defesa. Para o processo de tomada de decisão, são apresentadas e analisadas as informações decorrentes do desempenho histórico e dos modelos preditivos internos que analisam e pontuam clientes existentes e potenciais com base em seu perfil de rentabilidade e risco de crédito.

O comportamento dos clientes com atrasos no pagamento é rastreado e monitorado, para melhorar constantemente as políticas e a abordagem na cobrança de dívidas. O Nubank possui políticas de cobrança para maximizar o valor recuperado. As estratégias de coleta dependem dos perfis dos clientes e das pontuações do modelo.

Com a crise provocada pelo COVID-19, a Companhia acompanha diariamente a evolução do perfil de risco da carteira e necessidades emergidas do novo cenário durante e pós-crise. Com o objetivo de mitigar grandes impactos na liquidez e continuar suportando financeiramente os clientes durante a crise, todas as novas produções são analisadas de forma a atender as necessidades dos clientes sempre considerando os níveis aceitáveis de risco pré-estabelecidos. Alinhado à essa visão, a Companhia também passou a oferecer novas opções de reestruturação e renegociação de créditos.

b. Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

Risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de movimentos nos preços de mercado, incluindo os fatores de risco: taxas de juros, ações, taxas de câmbio e *commodities*. IRRBB refere-se ao risco atual ou prospectivo para o capital de banco e ganhos decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que afetam as posições da carteira bancária.

O Nubank possui uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado e o IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados. O Nubank adota uma variedade de métricas de risco de mercado e IRRBB, incluindo sensibilidade a taxas de juros, sensibilidades de EVE (valor econômico do patrimônio) e VaR (valor em risco).

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos. A Administração está autorizada a utilizar instrumentos financeiros, conforme descrito em nossas políticas internas para proteger o risco de mercado e as exposições ao IRRBB.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Nubank não ser capaz de cumprir com eficiência suas obrigações esperadas e inesperadas, atuais e futuras, incluindo as decorrentes de colateralização, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Nubank não conseguir negociar uma posição a preço de mercado devido ao seu grande volume normalmente negociado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

Existe uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e ele foi projetado manter recursos de liquidez suficientes em quantidade e qualidade e perfil de financiamento adequado para atender ao apetite ao risco de liquidez expresso pelo Nubank com base em métricas de liquidez internas e regulatórias.

Os resultados são reportados ao fórum técnico de Gerenciamento de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos.

d. Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

O Nubank uma estrutura de risco operacional e controles internos responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do design e da eficácia da estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios (primeira linha de defesa), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados nos fóruns técnicos de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

e. Risco de tecnologia da informação (TI)

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes/problemas, impacto nos níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

O Nubank possui uma estrutura de Riscos de TI, responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e relatar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite por risco aprovados pela Diretoria.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente no fórum técnico de Riscos de TI e apresentados ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

f. Gestão de capital

O Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios.

O objetivo do gerenciamento de capital é estimar os requisitos futuros de capital regulatório com base nas projeções de crescimento do Nubank, exposição a riscos, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável por identificar as fontes de capital, elaborar e enviar o plano de capital para aprovação e monitorar o nível atual dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o fórum técnico de ALM e Capital é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, além de revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados ao capital para o Comitê de Risco.

O gerenciamento de capital da Nu Pagamentos tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	977.279	1.001.842
Maior valor (b)	6.639.368	5.682.292
Média mensal das transações de pagamento.....	6.639.368	5.638.599
Saldo de moedas eletrônicas emitidas.....	4.793.350	5.682.292
Índice de requerimento de capital (a/b)	14,7%	17,6%

Adicionalmente, para atender aos requisitos regulatórios, a controlada Nu Financeira precisa apresentar um nível mínimo de capital, considerando os índices Índice de Adequação de Capital (“CAR”) e Nível 1 de Capital Próprio (“CET1”).

A tabela a seguir mostra o cálculo dos índices de capital e seu requisito mínimo para as pessoas jurídicas do Nubank exigidas pela regulamentação atual no Brasil:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio de Referência (PR)	353.094	186.202
Nível I	268.088	106.050
Capital Principal.....	268.088	106.050
Nível II	85.005	80.152
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	562.028	518.222
Risco de Crédito (RWA CPAD).....	495.650	450.913
Risco de Mercado (RWA MPAD).....	729	-
Risco Operacional (RWA OPAD).....	65.649	67.309
PR Mínimo Requerido	59.013	54.413
Margem PR	294.081	131.789
Índice de Basileia	62,8%	35,9%
RBAN - Capital Requerido.....	15.623	19.740
Margem PR considerando RBAN.....	278.458	112.049

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Aumento de capital

Foi aprovado em assembléia geral o aumento de capital e sua subscrição no dia 01 de julho de 2020 no montante de R\$529.850 através da emissão de 86.154.471 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Dessa forma o Capital Social da Companhia passa a ser de R\$2.087.256, divididos em 243.519.633 ações, sendo 243.354.268 ações ordinárias e 165.365 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital da Nu Pagamentos encontra-se em processo de aprovação do BACEN.

b. Aumento de capital de investida - Nu Financeira S.A. - SCFI

No dia 3 de julho de 2020 foi aprovado pela Assembléia geral o aumento de capital no montante de R\$264.925 através da emissão de 311.676.470 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Dessa forma o capital social da Nu Financeira passa a ser de R\$594.925, divididos em 641.676.471 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo aprovado pelo BACEN no dia 6 de agosto de 2020.

c. Cessão de crédito

Em 1 de julho de 2020, a Companhia realizou nova operação de cessão de recebíveis oriundos de transações de pagamentos geradas pelos portadores de cartão de crédito para sua controlada Nu Financeira S.A. - SFCl.

O preço de aquisição dos recebíveis foi de R\$1,2 bilhões a uma remuneração equivalente à taxa de CDI + 1,10%. A operação será liquidada em 36 parcelas com vencimento final em 30 de junho de 2023. Nos primeiros 18 meses haverá apenas pagamento de juros e, a partir do 19º mês, se iniciará a amortização de principal juntamente com os juros correspondentes. A operação foi realizada dentro das condições normais de mercado.

Esta cessão foi contabilizada de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, e classificada como uma operação com retenção substancial de riscos e benefícios por parte do Cedente, o qual deve manter os recebíveis registrados na carteira, de acordo com a modalidade original, em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, bem como realizar a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

